

Demonstrações financeiras

Zona da Mata Geração S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração dos resultados abrangentes.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Zona da Mata Geração S.A.
Juiz de Fora – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zona da Mata Geração S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zona da Mata Geração S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC- SP015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC RJ116384/O

Zona da Mata Geração S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.536	3.117
Contas a receber	4	3.796	3.997
Estoques		1.287	1.343
Impostos a recuperar		14	10
Despesas antecipadas		151	184
Mútuos a receber	5	-	-
Total do ativo circulante		8.784	8.651
Não circulante			
Contas a receber - Indenização	6	79.283	79.283
Imobilizado	7	5.004	5.056
Ativo Financeiro	8	17.907	15.979
Intangível	9	12.214	16.103
Arrendamento		102	256
Depósitos judiciais		1	1
Total do ativo não circulante		114.511	116.678
Total do Ativo		123.295	125.329

	Notas	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	10	885	870
Impostos e contribuições a recolher	12	776	705
Dividendos a pagar	19	7.193	19.242
Arrendamento		133	166
Outras contas a pagar		3	184
Total do passivo circulante		8.990	21.167
Não circulante			
Arrendamento		2	151
Total do passivo não circulante		2	151
Patrimônio líquido			
Capital social	13	74.921	14.921
Reservas de lucros	13	39.382	89.090
Total do patrimônio líquido		114.303	104.011
Total do passivo e do patrimônio líquido		123.295	125.329

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	14	37.986	38.275
Custo de geração de energia	15	(12.088)	(10.115)
Lucro bruto		25.898	28.160
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(1.003)	(562)
Outras (despesas) receitas operacionais	16	(472)	79.209
		(1.475)	78.647
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		24.423	106.807
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	356	1.262
Despesas financeiras	17	(41)	(100)
		315	1.162
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.738	107.969
Imposto de renda e contribuição social Corrente	18	(1.328)	(1.402)
		(1.328)	(1.402)
Lucro líquido do exercício		23.410	106.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	23.410	106.567
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>23.410</u>	<u>106.567</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.721	9.144	15.981	-	70.846
Redução de capital ocorrida no exercício	13.a	(30.800)	-	-	-	(30.800)
Absorção de reserva legal com reserva de lucros		-	(6.181)	6.181	-	-
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	13.c	-	-	-	(7.400)	(7.400)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	13.c	-	-	(15.960)	-	(15.960)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	106.567	106.567
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(19.242)	(19.242)
Reserva de dividendos complementares	13.b	-	-	79.925	(79.925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		14.921	2.963	86.127	-	104.011
Integralização de capital via reserva de lucros	13.a	60.000	-	(60.000)	-	-
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	13.c	-	-	(7.558)	-	(7.558)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	13.c	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.410	23.410
Constituição de reserva legal		-	1.170	-	(1.170)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(5.560)	(5.560)
Reserva de dividendos complementares	13.b	-	-	16.680	(16.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		74.921	4.153	35.249	-	114.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		23.410	106.567
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	7	306	244
Juros sobre arrendamento		18	136
Depreciação de arrendamento		154	1.585
Amortização do ativo intangível		1.778	(49)
Baixa de ativo imobilizado	7	8	28
Baixa de ativo intangível	9	3.078	4
Atualização de indenização de ativo financeiro	8	214	(726)
Baixa de ativo financeiro por extensão de outorga	8	(2.853)	-
Contas a receber - Indenização	6	-	(79.283)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		201	(283)
Estoques		56	32
Impostos a recuperar		(4)	4
Despesas antecipadas		33	(15)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		15	(492)
Impostos e contribuições a recolher		(181)	(6)
Outras contas a pagar		71	9
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>26.304</u>	<u>27.755</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Liberação de recursos para partes relacionadas	5	-	(10.000)
Recebimento de principal - operação de mútuo	5	-	20.777
Pagamento de arrendamento - principal		(200)	(142)
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	8	711	12.931
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(262)	(105)
Aquisição de bens para o ativo intangível	9	(967)	(1.033)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>(718)</u>	<u>22.428</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital		-	(30.800)
Dividendos pagos		(25.167)	(23.359)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(25.167)</u>	<u>(54.159)</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>419</u>	<u>(3.976)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		3.117	7.093
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		3.536	3.117
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>419</u>	<u>(3.976)</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		538	831
Valores pagos de CS:		299	489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Zona da Mata Geração S.A. (“Zona da Mata” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima constituída em 05 de setembro de 2001, e tem por objeto social a atuação na indústria de energia elétrica nas áreas de geração e transmissão, bem como a participação como quotista ou acionista em outras empresas de quaisquer que sejam seus tipos e objetos sociais. A Sociedade é controlada pela Elera Renováveis S.A.

A Sociedade detém a outorga de exploração em regime de serviço público da Pequena Central Hidrelétrica denominada João Camilo Penna (Cachoeira do Emboque) e das Centrais Geradores Hidrelétricas denominadas Cachoeira Alta, Matipó, Roça Grande, Santa Cecília e Miguel Pereira (“CGHs”), localizadas no estado de Minas Gerais, totalizando 24,25 MW de potência instalada.

Originalmente, o prazo de vigência da concessão da PCH João Camilo Penna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seu Contrato de Concessão nº 002/96.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021 em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE João Camilo Penna teve a vigência de sua outorga prorrogada para 25 de julho de 2033, aprovada por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255/2022, publicada em 05 de julho de 2022.

O prazo da concessão da PCH João Camilo Penna pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH João Camilo Penna para 25 de julho de 2033.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCH	Potência em MW	Concessão / Registro ANEEL	Prazo da concessão	Local
João Camilo Penna	21,60	Contrato 02/1996	Julho de 2033	Raul Soares - MG

Além desta PCH, outras usinas fazem parte do contrato de concessão da Zona da Mata, que detém registros publicados pela ANEEL para exploração das seguintes CGHs:

CGHs	Potência em MW	Registro da ANEEL	Prazo da concessão	Local
Miguel Pereira	0,74	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Santa Cecília	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Roça Grande	0,77	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhuaçu - MG
Cachoeira Alta	0,30	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhumirim - MG
Matipó	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Matipó - MG
	<u>2,65</u>			

As usinas sob registros seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração, devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

As usinas que fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata, ao término do período de concessão, serão indenizadas no montante calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Data do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/03/2007	07/07/2045

A data de vencimento do contrato de compra e venda de energia está de acordo com a data do término da concessão da UHE João Camilo Penna, ou seja, 25 de julho de 2033, embora a concessão da distribuidora Energisa MG tenha sido renovada até 07 de junho de 2045. Isto ocorre, pois, até o presente momento, não temos certeza da metodologia que será adotada para a renovação da concessão da UHE João Camilo Penna.

A tarifa de energia, exceto a da PCH João Camilo Penna, será atualizada pela ANEEL na mesma data de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia. Para a PCH João Camilo Penna, o preço da energia contratada é reajustado, anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 206 em 31 de dezembro 2023. As ações tomadas pela Sociedade são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui capacidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e ativo financeiro.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são as contas a pagar e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de concessão, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 7.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Intangível

O ativo intangível, avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, são amortizados de forma linear de acordo com o período de desconstrução definido em contrato. A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado como despesa.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários	40	44
Aplicações financeiras	3.496	3.073
Total	<u>3.536</u>	<u>3.117</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	2.666
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	3.496	407
			<u>3.496</u>	<u>3.073</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Venda de energia	3.796	3.865
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	132
	<u>3.796</u>	<u>3.997</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo a vencer	3.794	3.994
Saldo vencido de 91 a 180 dias	2	-
Saldo vencido há mais de 365 dias	-	3
Total	<u>3.796</u>	<u>3.997</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

5. Mútuos a receber

A composição dos empréstimos a receber é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	-	10.700
Liberação de recursos para partes relacionadas	-	10.000
Imposto sobre operação financeira	-	77
Amortização de principal	-	(20.777)
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>

A Zona da Mata Geração S.A. possuía operação de mútuo realizada com Elera Renováveis S.A. durante o exercício de 2022, sem juros e com data de vencimento indeterminado. Essa operação foi encerrada durante do exercício de 2022.

6. Contas a receber – Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	79.283
Total	<u>79.283</u>	<u>79.283</u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber – Indenização--Continuação

A Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade.

Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

A expectativa era que o caso tivesse o trânsito em julgado favoravelmente no STJ ainda em 2023. No entanto, somente para a União, o processo transitou em julgado, pois não há mais qualquer recurso dela pendente de julgamento. Diante disso, aguarda-se a inclusão em pauta de recurso da ANEEL para julgamento perante a sessão da 2ª Turma do STJ, sendo esperada para ocorrer durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O ganho concedido à Zona da Mata em decisão do TRF já publicada em 2019, as etapas finais do processo judicial e a confirmação que os recursos pendentes apresentados ao Superior Tribunal de Justiça (etapa final), (a) não atenderam os requisitos a serem submetidos e analisados pelos Tribunais Superiores, de acordo com o respectivo Código de Processo Nacional e (b) são considerados como processo procrastinador.

Consequentemente, é de entendimento pela administração que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa e de acordo com o CPC 25, parágrafo 33 tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber – Indenização--Continuação

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Zona da Mata foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Sociedade entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e foram estimados em R\$ 79.283.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Em serviço				Em curso		Total
	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2021	4.077	2.021	1.251	51	599	1.139	9.138
Adições	-	-	-	-	-	105	105
Baixas	(13)	-	-	-	(18)	-	(31)
Transferências	156	355	-	-	(100)	(411)	-
31 de dezembro de 2022	4.220	2.376	1.251	51	481	833	9.212
Adições	-	-	-	-	199	63	262
Baixas	-	-	(1)	-	(7)	-	(8)
Transferências	415	460	(30)	(51)	-	(794)	-
31 de dezembro de 2023	4.635	2.836	1.220	-	673	102	9.466
31 de dezembro de 2021	(2.506)	(702)	(669)	(38)	-	-	(3.915)
Adições de depreciação	(154)	(55)	(34)	(1)	-	-	(244)
Baixas de depreciação	3	-	-	-	-	-	3
31 de dezembro de 2022	(2.657)	(757)	(703)	(39)	-	-	(4.156)
Adições de depreciação	(203)	(67)	(36)	-	-	-	(306)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(2.860)	(824)	(739)	(39)	-	-	(4.462)
Total em 31 de dezembro de 2022	1.563	1.619	548	12	481	833	5.056
Total em 31 de dezembro de 2023	1.775	2.012	481	(39)	673	102	5.004

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

O imobilizado da Sociedade é composto pelas usinas que possuem potência instalada inferior ou igual a 1MW, as quais possuem prazo indeterminado de duração, de forma que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se aplicam a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

No dia 18 de maio de 2015, o MME publicou a Portaria nº 218/2015, estabelecendo a licitação para a nova concessão das usinas existentes, sujeitas à Lei nº 12.783/2013, dentre elas as UHEs Neblina, Sinceridade, Coronel Domiciano e Ervália. O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015 e a CEMIG (Sociedade Energética de Minas Gerais S.A.) ganhou a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais.

Os valores líquidos dos ativos baixados foram R\$ 2.134 e R\$ 9.379, referente às UHEs Coronel Domiciano e Ervália, respectivamente.

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2023 e 2022 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios e barragens e adutoras, transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil estimada dos bens, conforme estabelecido pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)--Continuação

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

8. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro vinculado à infraestrutura:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	15.979	28.184
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(214)	726
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(711)	(12.931)
Atualização ativo financeiro por extensão de outorga - nota 9 (*)	2.853	-
Saldo final	<u>17.907</u>	<u>15.979</u>

(*) A atualização decorre do aumento da outorga, com isso a Sociedade será reembolsada no momento da devolução da usina em um valor menor.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Bens em andamento	Estoque de ativo fixo	Total
Custo							
31 de dezembro de 2021	10.580	14.690	10.927	10	1.655	694	38.556
Adições	-	-	-	-	912	121	1.033
Baixas	-	-	-	-	(1)	(3)	(4)
Transferências	301	1	(11)	-	(291)	-	-
31 de dezembro de 2022	10.881	14.691	10.916	10	2.275	812	39.585
Adições	-	-	-	-	887	80	967
Baixas	(7)	-	-	-	(2.844)	(227)	(3.078)
Transferências	928	(2.245)	304	(10)	1.023	-	-
31 de dezembro de 2023	11.802	12.446	11.220	-	1.341	665	37.474
Amortização acumulada							
31 de dezembro de 2021	(7.380)	(5.771)	(8.740)	(6)	-	-	(21.897)
Adições de amortização	(431)	(747)	(407)	-	-	-	(1.585)
31 de dezembro de 2022	(7.811)	(6.518)	(9.147)	(6)	-	-	(23.482)
Adições de amortização	(971)	(398)	(410)	-	-	-	(1.779)
Baixas de amortização	1	-	-	-	-	-	1
Transferências	(487)	429	52	6	-	-	-
31 de dezembro de 2023	(9.268)	(6.487)	(9.505)	-	-	-	(25.260)
Total em 31 de dezembro de 2022	3.070	8.173	1.769	4	2.275	812	16.103
Total em 31 de dezembro de 2023	2.534	5.959	1.715	-	1.341	665	12.214

(*) A transferência decorre do aumento da outorga, com isso a Sociedade será reembolsada no momento da devolução da usina em um valor menor. Vide nota 7.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Sociedade entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos.

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos intangíveis utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

b) Extensão de outorga

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

b) Extensão de outorga--Continuação

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

10. Contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compra de energia – MRE/CCEE	203	-
Contas a pagar – partes relacionadas	92	30
Fornecedores	590	814
Seguros	-	26
Total	<u>885</u>	<u>870</u>

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, a Sociedade possui as seguintes contingências classificadas como perda possível.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para contingências--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, a Sociedade possui as seguintes contingências classificadas como perda possível.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Processos Tributários	471	440
Processos Cíveis	8.076	286
Processos Administrativos Ambientais	15	1.927
	<u>8.562</u>	<u>2.653</u>

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos tributários, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 471 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2022), referentes a uma ação anulatória, dois autos de infração e um auto de fiscalização.

Em 31 de dezembro de 2023 existem 48 processos cíveis, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 8.076 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2022), referentes a uma ação demarcatória e quarenta e sete ações indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2021 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

Em 31 de dezembro de 2023 existem processos administrativos ambientais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 15 (R\$ 1.927 em 31 de dezembro de 2022), referentes a quatro autos de infração.

Observação: As 10 ações indenizatórias reportadas em 2022 como ambientais foram reclassificadas para cível.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	218	221
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	119	121
Total - Impostos diretos	<u>337</u>	<u>342</u>
PIS - Programa de Integração Social	25	25
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	113	114
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	59	37
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	132	117
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	39	43
Retenções - Lei nº 10.833	13	11
Outros	58	16
Total - Impostos indiretos	<u>439</u>	<u>363</u>
Total - Impostos e contribuições a recolher	<u><u>776</u></u>	<u><u>705</u></u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 74.921 (Em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 14.921), dividido em 16.720.653 (dezesesseis milhões e setecentos e vinte mil e seiscentos e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital da Sociedade, no montante de R\$ 60.000, advindos das Reservas de Lucros.

Em 13 de setembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 30.800, sem o cancelamento de ações.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de 31 de dezembro de 2022, no valor total de R\$ 1.633.

Em 06 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 19.242 (R\$ 1.150,78 por lote de mil ações).

Em 06 de março de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram pagamento de dividendos complementares, constituída com base na reversão da reserva legal aprovada em 09 de dezembro de 2022, no valor total de R\$ 5.925 à conta da Reserva Especial (R\$ 354,37 por lote de mil ações).

Em 09 de dezembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a absorção da reserva legal pela reserva de lucros, no valor de R\$ 6.181, uma vez que a reserva legal havia ultrapassado o limite de 20% do capital social.

Em 11 de novembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, referentes ao período de 30 de junho de 2022, no valor de R\$ 3.400.

Em 19 de julho de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, referentes ao período de 30 de junho de 2022, no valor de R\$ 4.000.

Em 23 de março de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 15.960 (R\$ 954,50 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	38.378	37.508
Resultado com MRE e CCEE (*)	1.053	2.233
	<u>39.431</u>	<u>39.741</u>
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(257)	(261)
COFINS	(1.188)	(1.205)
	<u>37.986</u>	<u>38.275</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo de geração de energia		
<i>Royalties</i> ANEEL	2.891	2.797
Pesquisa e desenvolvimento	-	1
	<u>3.043</u>	<u>2.798</u>
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	69	33
Viagens	73	10
Serviços de terceiros	2.631	2.293
Seguros	1.721	1.781
Pessoal	26	12
Depreciação e amortização	2.241	1.965
Manutenção	378	370
MRE/CCEE (*)	1.556	511
Telecomunicações	180	129
Aluguéis e utilidades	57	88
Promoção e publicidade	19	14
Outros	246	111
	<u>9.197</u>	<u>7.317</u>
Total do custo de geração de energia	<u>12.088</u>	<u>10.115</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	-	3
Viagens	81	8
Serviços de terceiros	772	551
Seguros	123	-
Pessoal	4	-
Promoção e publicidade	23	-
Total das despesas gerais e administrativas	<u>1.003</u>	<u>562</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>13.091</u>	<u>10.677</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras (despesas) receitas operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita por indenização	-	-
Indenização Neblina e Sinceridade (vide NE 6)	-	79.221
Multas e juros sobre tributos	(6)	(3)
Ganho (perda) na venda de ativos	(240)	(8)
Outros	(226)	(1)
Total	<u>(472)</u>	<u>79.209</u>

17. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	336	536
Atualização monetária sobre indenização de Ervália, e Coronel Domiciano (vide NE 8)	-	726
Outros	20	-
Total	<u>356</u>	<u>1.262</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	17	28
Imposto sobre operações financeiras	21	28
Despesas com juros e descontos concedidos	-	44
Outros	3	-
Total	<u>41</u>	<u>100</u>

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Corrente		
Imposto de renda	864	918
Contribuição social	464	484
Total com despesas de impostos	<u>1.328</u>	<u>1.402</u>

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	40.171	40.171	40.369	40.369
ICMS	-	-	-	-
	40.171	40.171	40.369	40.369
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	3.214	4.821	3.230	4.844
Receitas financeiras	336	336	536	536
Outras receitas (despesas) tributáveis	1	1	-	-
Base de cálculo total	3.551	5.158	3.766	5.380
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	864	464	918	484

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	10	30
Tangará Energia S.A.	(b)	9	-
Elera Renováveis Participações S.A.	(b)	57	-
Unidas Locação e Serviços S.A.	(b)	16	-
		<u>92</u>	<u>30</u>
Dividendos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	7.193	19.242
		<u>7.193</u>	<u>19.242</u>

- (a) Contas a pagar entre a Sociedade e outras empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade.

Durante o ano de 2023, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

20. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 145.651 (R\$ 154.024 em 31 de dezembro de 2022) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energia S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 450.000 em 31 de dezembro de 2022).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2022/2023 de 80% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.536	3.536	-	3.117	3.117
Mútuos a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	3.796	-	3.796	3.997	-	3.997
Contas a receber - Indenização	79.283	-	79.283	79.283	-	79.283
Ativo financeiro indenizável	17.907	-	17.907	15.979	-	15.979
	100.986	3.536	104.522	99.259	3.117	102.376

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Contas a pagar	885	870
Dividendos a pagar	7.193	19.242
	<u>8.078</u>	<u>20.112</u>

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2023 e 2022.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.536	3.117

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados das demais usinas participantes do MRE.

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras hidrelétricas participantes do MRE não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da energia alocada de cada usina hidrelétrica, que é igual a garantia física da usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, multiplicado pelo Generation Scaling Factor (GSF).

Desta forma, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado GSF, fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco a Sociedade aderiu ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia.

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Zona da Mata Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*--Continuação

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

22. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 27 de fevereiro de 2024.